

CONFLITOS NA FRONTEIRA DO GUAPORÉ EM RONDÔNIA: ÁREAS PROTEGIDAS VERSUS O AVANÇO DA AGROPECUÁRIA

CONFLICTS AT THE GUAPORÉ FRONTIER IN RONDÔNIA: AREAS PROTECTED VERSUS THE ADVANCE OF AGRICULTURE

CONFLICTOS EN LA FRONTERA DEL GUAPORÉ EN RONDONIA: ÁREAS PROTEGIDAS VERSUS EL AVANCE DE LA AGROPECUARIA

DOI 10.33360/RGN.2318-2695.2020.il.p.22-39

Débora Teixeira Machado

Graduada em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)
Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR)

E-mail: debyunir@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7341-9708>

RESUMO

Rondônia é um estado da região Norte do Brasil que se destaca na expansão agropecuária, cujo crescimento desse setor vem causando grandes conflitos nas áreas protegidas do estado. O presente trabalho tem como objetivo refletir sobre o avanço da agropecuária no interior de Rondônia, na região do Vale do Guaporé, conhecida por possuir vastas áreas de proteção ambiental que correspondem a aproximadamente 10% do total do estado. Os conflitos na região vêm aumentando principalmente nas áreas protegidas, onde a exploração madeireira tem sido um fator preocupante, bem como, a pecuária bovina que avança em tais áreas. Outro fator conflitante relaciona-se com as populações indígenas e quilombolas, pois as mesmas recebem constantes ameaças de fazendeiros ao seu entorno. O presente artigo foi elaborado por meio de referenciais bibliográficos e pesquisa de campo, onde por meio de recursos fotográficos foi possível perceber a realidade de algumas áreas em questão, e para uma melhor compreensão os dados foram sistematizados em tabelas. O intuito deste trabalho é refletir sobre o avanço da atividade agropecuária numa região de Rondônia com diversas áreas destinadas a proteção de populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas que se encontram ameaçadas com tal avanço.

Palavras-chave: Áreas protegidas. Conflitos. Expansão Agropecuária

ABSTRACT

Rondônia is a state of northern Brazil that stands out in the agricultural expansion, the growth involved in this sector has been causing great conflicts in the protected areas of the state. The present work aims to reflect on the progress of agriculture in the interior of Rondônia, in the Vale do Guaporé region known for having vast areas of environmental protection that correspond to approximately 10% of the total state. Conflicts in the region have been increasing mainly in protected areas, where logging has been a worrying factor, as well as cattle raising in such areas. Another conflicting factor is related to the indigenous populations and quilombolas, since they receive constant threats from farmers to their surroundings. The present article was elaborated through bibliographical references and field research where through photographic resources it was possible to perceive the reality of some areas in question, for a better understanding, the data were systematized in tables. The purpose of this paper is to reflect on the progress of agricultural activity in a region of Rondônia with several areas for protection and an indigenous, quilombola and riverine population that are threatened with such advance.

Keywords: Protected Areas. Conflicts; Agricultural Expansion

RESUMEN

Rondônia es un estado en el norte de Brasil que se destaca en la expansión agrícola, cuyo crecimiento ha causado grandes conflictos en las áreas protegidas del estado. Este trabajo tiene como objetivo reflexionar sobre el avance de la agricultura en el interior de Rondônia, en la región del Valle del Guaporé, conocida por



tener vastas áreas de protección ambiental que corresponden aproximadamente al 10% del total del estado. Los conflictos en la región han aumentado principalmente en áreas protegidas, donde la explotación ha sido un factor preocupante, así como la ganadería en estas áreas. Otro factor conflictivo está relacionado con las poblaciones indígenas y quilombolas, ya que reciben amenazas constantes de los agricultores a su entorno. Este artículo fue preparado utilizando referencias bibliográficas e investigaciones de campo, donde a través de recursos fotográficos fue posible percibir la realidad de algunas áreas en cuestión, y para una mejor comprensión los datos fueron sistematizados en tablas. El objetivo de este trabajo es reflexionar sobre el avance de la actividad agrícola en una región de Rondônia con varias áreas destinadas a la protección y una población indígena, quilombola y ribereña que están amenazadas con tal avance

Palabras clave: Áreas protegidas. Conflictos. Expansión Agrícola.

1. INTRODUÇÃO

O Vale do Guaporé é considerado um espaço geográfico com vasto aspecto natural, cujo rio principal - o Guaporé - destaca-se por inúmeras atividades: pesca esportiva, ecoturismo, festivais de praia, dentre outras. No início da colonização, a partir de 1980, o cenário natural da região começou a mudar: às margens da rodovia federal 429, as florestas eram derrubadas e aos poucos as lavouras e, posteriormente, as pastagens fizeram parte da paisagem.

A contribuição do pesquisador Carlos Santos (2007) é pertinente para compreender as transformações que o Vale do Guaporé sofreu ao longo da história. Segundo o autor, a mesma problemática que se deu no eixo da BR-364, no início da década de 1970, ocorreu no Vale do Guaporé, uma vez que o desmatamento e as queimadas não foram contidas ao longo da BR-429.

O avanço das atividades agropecuárias nas últimas décadas tem provocado alguns conflitos nas áreas protegidas da região. Por esse motivo o presente artigo visa apresentar essas áreas e os conflitos e pressões que estas têm sofrido, bem como ressaltar algumas atividades que promovem tais pressões, como a pecuária bovina e a produção da soja.

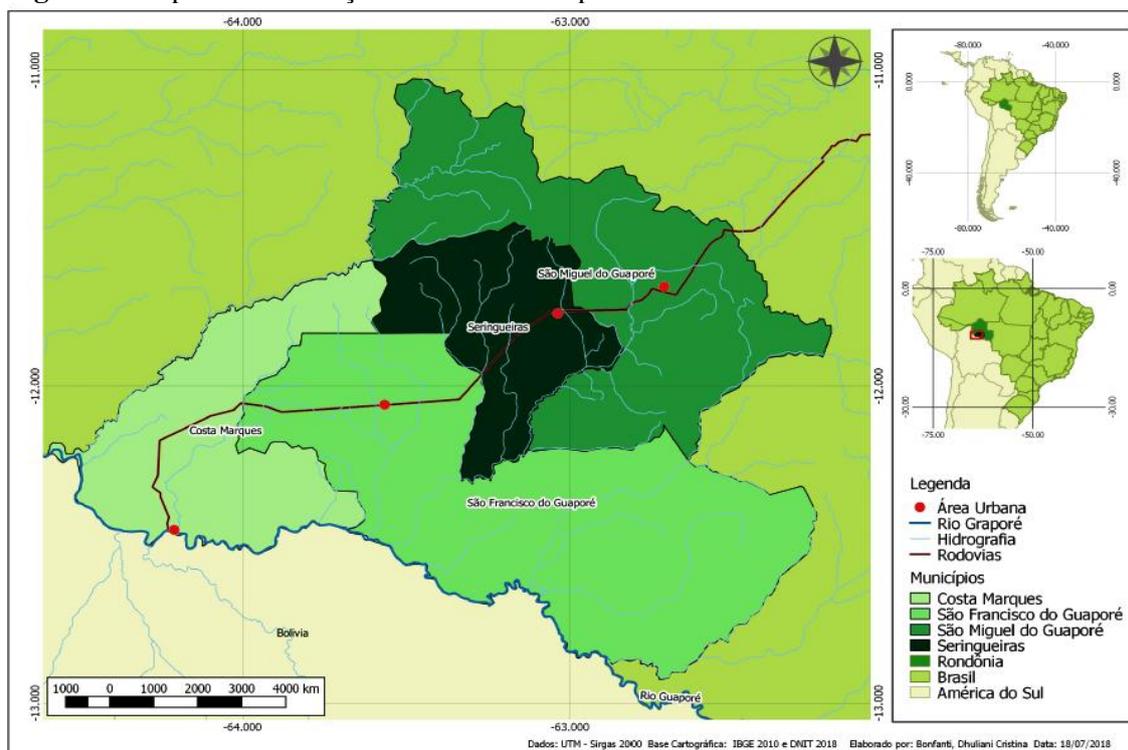
É importante destacar alguns pontos que se tornam relevantes para a compreensão dos dados aqui apresentados. Inicialmente, houve muita dificuldade em encontrar as informações para a consolidação deste trabalho, uma vez que nem em órgãos responsáveis houve a disponibilidade de dados oficiais, principalmente no que diz respeito às áreas indígenas.

O Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, criado em 2006, considera que as áreas protegidas são constituídas pelas Unidades de Conservação (UCs), pelos territórios de ocupação tradicional e pelos territórios de remanescentes de Quilombo. Buscou-se uma apresentação das áreas protegidas no Vale do Guaporé e do panorama atual destas. Ao todo, são seis unidades de conservação, quatro terras indígenas e cinco comunidades quilombolas presentes na região em questão.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O Vale do Guaporé localiza-se no sudoeste do estado de Rondônia e é composto por quatro municípios: Costa Marques, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé e Seringueiras, somando uma área de 26.280,668 km² o que representa, aproximadamente, 11% do território rondoniense. Quanto ao quantitativo populacional, de acordo com dados do IBGE (2010), são 63 (sessenta e três) mil habitantes. O mapa de localização do Vale do Guaporé pode ser observado na figura 1.

Figura 1: Mapa de Localização do Vale do Guaporé



Essa regionalização foi realizada em 2015, em que o governo do estado de Rondônia elaborou o Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável¹. O estudo foi realizado por meio de levantamentos bibliográficos e pesquisas em sites do governo de Rondônia, bem como registro fotográfico de algumas áreas protegidas da região do Vale do Guaporé. A pesquisa aqui apresentada é descritiva, onde os dados foram sistematizados em tabelas para melhor compreender as informações.

¹ Esta regionalização foi realizada a partir de estudos que estabeleceram regiões com identidades e características comuns, facilitando o processo de planejamento e de territorialização das políticas públicas (Plano de Desenvolvimento Estadual Sustentável de Rondônia, 2015).



3. AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO VALE DO GUAPORÉ

As áreas protegidas têm desempenhado importante papel na contenção do desmatamento no Estado de Rondônia, pois conservam a biodiversidade e favorecem a manutenção das florestas (Relatório do Plano de Manejo do PARNA Pacaás Novos, 2009). Em Rondônia, as áreas destinadas a unidades de conservação somam 9.900.00 de hectares entre unidades de conservação, preservação e áreas extrativistas (ZSEE, 2010).

No Vale do Guaporé existem seis Unidades de Conservação. Destas, três são Reservas Extrativistas (RESEX), uma Reserva biológica (REBIO) e dois Parques - um Nacional (PARNA) e um Estadual (PES). Os dados estão presentes na tabela 1 na qual podemos observar a distribuição de tais áreas. O Vale do Guaporé possui aproximadamente 10% do total das áreas protegidas do estado.

Tabela 1: Unidades de Conservação no Vale do Guaporé

Tipo	Nome	Município	Área (ha)
PARNA	Pacaás Novos	São Miguel do Guaporé	272.001
REBIO	Guaporé	São Francisco do Guaporé	519.580
RESEX	Cautário	Costa Marques	74.807
RESEX	Currálinho	Costa Marques	1.763
RESEX	Pedras Negras	São Francisco do Guaporé	95.483
PES	Serra dos Reis	São Francisco do Guaporé	3.253
		Costa Marques	33.598
Total no Vale do Guaporé			1.000.485

Fonte: Zoneamento Socioecológico de Rondônia, 2010.

3.1 PARNA PACAÁS NOVOS

O Pacaás Novos foi criado em 1979, para deter a ocupação acelerada da nova fronteira agrícola que avançava na direção de Rondônia. Abrange sete municípios: Guajará Mirim, Nova Mamoré, Campo Novo de Rondônia, São Miguel do Guaporé, Governador Jorge Teixeira, Alvorada d'Oeste e Mirante da Serra. Da área total do parque, 38% fica no município de São Miguel do Guaporé. (Relatório do plano de manejo do PARNA Pacaás Novos, 2009).

No município de São Miguel, uma das áreas críticas no parque é a Serra da Onça, devido à grande concentração de propriedades agrícolas ao longo da BR-429. O local já foi alvo de grileiros



que desmataram pequenas faixas do parque. Outro fator preocupante é a expansão da malha viária, uma vez que a sede do município fica a seis quilômetros do limite do parque.

A figura 2 mostra a Serra da Onça que fica a cerca de 30 km da cidade de São Miguel do Guaporé. Na figura 2A é possível perceber aspecto da vegetação e a pastagem em sua proximidade (fator de preocupação que avança a unidade), a figura 2B mostra a Serra ao longe, nas margens da rodovia federal 429.

Figura 2: Serra da Onça em São Miguel do Guaporé



Fonte: Trabalho de Campo, 2018. Crédito das Fotos: Débora Teixeira Machado, 2018.

A Serra fica dentro do parque Pacaás Novos e é considerada uma área de grandes conflitos, visto que a atividade pecuária é desenvolvida em seu entorno.

3.2 REBIO GUAPORÉ

Na REBIO Guaporé, localizada nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta do Oeste, os principais conflitos acontecem em virtude da exploração madeireira e agropecuária. Quanto a sua composição natural, é possível explicar que:

É uma área de transição entre os biomas Cerrado e Amazônia. Apresenta também áreas que, devido ao regime hídrico dos rios da região, principalmente do Guaporé, assemelham-se fisionomicamente com o pantanal mato-grossense, apresentando espécies características desses três ecossistemas, o que garante à REBIO características de flora e fauna de grande biodiversidade e relevância para a conservação da natureza. (PLANO REBIO GUAPORÉ, 2006).

As imagens da figura 3 apresentam a Reserva Biológica do Guaporé no distrito de Porto Murtinho, em São Francisco do Guaporé. A figura 2A mostra o rio São Miguel e a figura 2B a placa com especificações da reserva.



Figura 3 : REBIO do Guaporé no Porto Murtinho



Fonte: Trabalho de Campo, 2016. Crédito das Fotos: Débora Teixeira Machado, 2016.

De acordo com o relatório do IBAMA (2007), essa reserva é invadida constantemente pela pecuária bovina, principalmente quando o nível do rio São Miguel baixa. Porto Murtinho (Distrito de São Francisco) é o principal ponto de acesso de invasores para o interior da unidade. Outros conflitos existentes se dão na caça e pesca ilegal que ocorre na REBIO como relatam alguns moradores do distrito.

3.3 RESEX DO RIO CAUTÁRIO

A Resex do Rio Cautário está localizada no sudoeste do Estado de Rondônia, nos municípios de Guajará Mirim e Costa Marques, e faz fronteira com a Bolívia. No que se refere às atividades econômicas desenvolvidas na reserva, destacam-se a extração de castanha-do-pará, do látex, copaíba e o manejo florestal (DIAS, 2014. p. 99).

A produção de farinha também é destaque na reserva. De acordo com o plano de manejo de 2016, havia dois agricultores familiares com PRONAF, ambos com financiamento para produção de farinha; pela localização distante (aproximadamente 50 km da cidade de Costa Marques), eles não receberam assistência técnica. As Atividades conflitantes se dão na caça e pesca ilegal; pressão de invasão por garimpeiros; ameaças de grilagem e roubo de madeira (Plano de manejo da RESEX Cautário, 2016 p. 19).

3.4 RESEX CURRALINHO

A RESEX Curralinho é localizada em Costa Marques e abrange uma área de 1.763 hectares. O festival de praia de Costa Marques acontece na RESEX, e há uma fiscalização no período em que ocorre tal festejo — geralmente no mês de setembro. A reserva foi criada pelo Decreto Ambiental nº



6.952, de 14 de julho de 1995, no município de Costa Marques e não possui plano de manejo. (Informações obtidas no Instituto Socioambiental-ISA e Unidades de Conservação do Brasil *online*, 2018).

3.5 RESEX PEDRAS NEGRAS

A unidade extrativista Pedras Negras foi criada pelo Decreto Ambiental n° 6.954, de 14 de julho de 1995, e localiza-se no município de São Francisco do Guaporé. As atividades econômicas da reserva pautam-se na agricultura e extração de Castanha-do-Pará. Uma das problemáticas que a reserva vivencia se dá nos focos de calor registrados nos últimos anos, sobretudo, em 2017. (Informações obtidas no Instituto Socioambiental-ISA e Unidades de Conservação do Brasil *online*, 2018).

3.6 PES SERRA DOS REIS

Criado em 1995, o parque estadual Serra dos Reis, nos municípios de São Francisco do Guaporé e Costa Marques, possui florestas onde predominam as palmeiras, como açaí, murumuru, babaçu e paxiúba. Em sua área, existem campos de várzeas que periodicamente estão inundados, e também campos de terra firme. No parque, não há estrutura para visitação.

Em junho de 2018, o exército juntamente com a polícia militar realizou uma operação para fiscalizar o parque que estava sendo alvo de crimes ambientais. Nesta mesma operação, cinco madeireiros em atividade ilegal foram detidos pelos militares, houve também a apreensão de um trator, um caminhão com treze toras de Itaúba, duas motocicletas e três motosserras (Notícia publicada no site RondôniaVip em: 16 de junho de 2018).

A figura 4 mostra a operação do exército e da polícia militar realizada no PES Serra dos Reis, em junho de 2018. Na figura 4A é possível perceber a devastação provocada pela retirada de árvores na floresta e o maquinário apreendido. Na figura 4B as madeiras já cortadas para fins comerciais.



Figura 4: Prática ilegal de exploração madeireira no Parque Serra dos Reis



Fonte: <https://www.jornalrondoniavip.com.br>

A exploração madeireira dentro do parque tornou-se uma preocupação nos últimos anos, visto que as florestas acabam atraindo os madeireiros, o que causa grande ameaça ao parque.

4. TERRAS INDÍGENAS E DISPUTAS TERRITORIAIS

O conceito de Terra Indígena (TI) empregado pela FUNAI (Fundação Nacional do Índio) nos diz que esta é uma porção do território nacional habitada por um ou mais povos indígenas para suas atividades produtivas, garantindo, assim, sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

No Vale do Guaporé existem quatro terras indígenas e apenas uma não está oficialmente regularizada. Essas terras sofrem constantes ameaças pelo avanço da agropecuária na região, como é o caso da aldeia Aperoi, do povo Puruborá, que teve que comprar seu território.

A tabela 2 expõe as TI do Vale do Guaporé e o tamanho das suas respectivas áreas. A TI Massaco de acordo com informações no site da FUNAI sofre com as invasões de madeireiros. A mesma se localiza nos municípios de São Francisco do Guaporé e Alta Floresta do Oeste, onde vivem grupos isolados, cuja língua e identidade étnica ainda são desconhecidas (Site da FUNAI, 2018).

**Tabela 2:** Terras Indígenas no Vale do Guaporé

Nome da TI	Município	Área (ha)
Rio Branco	São Francisco do Guaporé São Miguel do Guaporé Alta Floresta d'Oeste	236.137
Massaco	São Francisco do Guaporé Alta Floresta d'Oeste	421.579
Poruborá	Seringueiras	59
Uru-Eu-Wau-Wau	Seringueiras São Miguel do Guaporé Costa Marques	1.867.117

Fonte: FUNAI, 2017. <http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao>

A Terra Indígena Rio Branco tem quase 400 habitantes que são constantemente ameaçados por seus vizinhos não-indígenas e pelos políticos estaduais de diversas maneiras. Segundo informações extraídas do site Sociomambiental.org, o desmatamento nos arredores da TI é contínuo, o que acaba prejudicando a caça e aumentando, assim, a dependência da pesca. Outro fator de impacto na TI Rio Branco é a atividade madeireira ilegal em sua área, promovendo sérios danos ecológicos (Site da FUNAI, 2018).

A propriedade rural particular denominada pelos Puruborá de Aldeia Aperoi está localizada às margens da BR-429, no município de Seringueiras, e foi comprada depois da expulsão do grupo das nascentes do rio Manuel Correia com a demarcação dos limites da Terra Indígena Uru-Eu-Wau-Wau, em 1994.

Existem alguns obstáculos para que o povo Puruborá consiga ter sua terra tradicional de volta, entre elas a ambição desmedida de certos agropecuaristas, já que Rondônia teve vários ciclos econômicos que fizeram parte do desenvolvimento regional, como o extrativismo mineral e vegetal, turismo e agricultura, mas o que predomina na atualidade é a agropecuária. Os agropecuaristas da região onde se situa a área reivindicada pelo povo Puruborá cobiçam as terras indígenas, principalmente com a sua valorização devido ao asfaltamento da BR 429 (OLIVEIRA e ZIBETTI, 2016, p. 129).

Os Puruborás ainda não têm sua terra indígena reconhecida, demarcada e homologada; o único território é o antigo sítio da matriarca do povo Puruborá, dona Emília (falecida em 2013), onde hoje está a aldeia Aperoi. (<http://povopuruboraseringueiras.blogspot.com>). A área total da



propriedade é de 59 hectares e abriga cerca de 40 pessoas, a maioria com certo grau de parentesco com dona Emília. Existem vários indivíduos Puruborás casados com não índios, alguns moram na zona urbana de Seringueiras, São Francisco e demais municípios de Rondônia, e anualmente se reúnem na aldeia.

O povo indígena Jupauá, mais conhecido como Uru-Eu-Wau-Wau, foi oficialmente contatado há quarenta anos. Na atualidade, o povo é formado por cerca de 400 pessoas, a maioria jovens, pois grande parte da população mais velha não sobreviveu ao contato. A terra indígena Uru-Eu-Wau-Wau abrange parte da Serra dos Pacaás Novos e sua demarcação não garantiu a proteção efetiva contra os madeireiros, garimpeiros, pecuaristas, sem terras e agricultores que frequentemente invadem a TI (CARDOSO, 2002, p.8).

5. PRESSÕES NAS COMUNIDADES TRADICIONAIS QUILOMBOLAS

No Vale do Guaporé são reconhecidas cinco comunidades quilombolas, das quais duas pertencem aos municípios de Costa Marques; duas ao município de São Francisco do Guaporé; e uma ao município de São Miguel do Guaporé. Existe muita dificuldade em relação à informação sobre tais comunidades. A tabela 3 mostra as informações referentes às comunidades Quilombolas da região estudada.

Tabela 3: Comunidades Quilombolas no Vale do Guaporé

Comunidades Quilombolas	Localização	Total de Famílias	Área (ha)
Santo Antônio do Guaporé	São Francisco do Guaporé	21	41.600
Forte Príncipe da Beira	Costa Marques	74	20.108*
Pedras Negras	São Francisco do Guaporé	26	43.911*
Santa Fé	Costa Marques	41	1.452
Comunidade de Jesus	São Miguel do Guaporé	12	2.627
Total		174	112.698

* Comunidade não possui título definitivo pelo INCRA. Fonte: Relatório de processo de território Quilombola/INCRA. 2017.

A partir da leitura do estudo denominado: *O fim da floresta?* Do GTA (Grupo de trabalho Amazônico, 2008 p.30) é possível compreender que:



Além da devastação ambiental, o desmatamento ilegal nas Reservas Extrativistas em Rondônia tem outra face extremamente cruel: a violência contra as comunidades locais nos últimos anos, tem sido cada vez mais comum ouvir relatos de seringueiros sobre famílias no interior das Reservas Extrativistas que tiveram que abandonar o local sob ameaça de grupos armados, sem que o Poder Público tomasse qualquer providência.

Diante do contexto aqui apresentado algumas comunidades do interior de Rondônia sofrem pressões constantes e as famílias acabam desistindo de seu território, como é o caso da comunidade Forte Príncipe da Beira em Costa Marques, uma realidade bem visível nas comunidades quilombolas do Vale do Guaporé, onde muitos desistem e se mudam para outros lugares. O medo de conflitos vem causando o êxodo das populações tradicionais para os centros urbanos.

5.1 SANTO ANTÔNIO DO GUAPORÉ

Santo Antônio do Guaporé é uma comunidade quilombola situada na área de confluência dos rios São Miguel e Guaporé, no Sudoeste de Rondônia, à margem direita do rio Guaporé, porção sudoeste do município de São Francisco, na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. O povoado localiza-se em áreas da Reserva Biológica do Guaporé (REBIO Guaporé) e é constituído por pouco mais de sessenta pessoas. Santo Antônio já figurou como um dos principais centros extrativistas do Vale do Guaporé, apoiando sua economia na borracha extraída da seringueira (TEIXEIRA e XAVIER, 2018).

Ao ressaltar as situações conflitantes vivenciadas pela comunidade, Teixeira e Xavier (2018) apontam que dois momentos são considerados importantes para o entendimento desses conflitos:

A partir dos anos 1970, a abertura das frentes pioneiras de colonização agropastoril determinou profundas transformações nos quadros de povoamento e demografia de todo o Vale do Guaporé. Essa situação viveu dois momentos distintos de intensificação da crise. O primeiro corresponde ao período da abertura e colonização do eixo da rodovia BR 429, nos anos 1980. Já o segundo corresponde ao período de sua pavimentação, a partir dos anos 2010. Em ambos os casos a situação de tensões e inseguranças da comunidade foi ampliada devido às fortes pressões sofridas por fazendeiros, colonos e grupos madeireiros. (TEIXEIRA e XAVIER, 2018, p. 356).

Os dois momentos ressaltados pelos autores correspondem efetivamente às mudanças que ocorrem na região, acarretando grandes impactos na paisagem natural, e gerando incertezas para a população quilombola.



5.2 A COMUNIDADE FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

A comunidade quilombola do Forte Príncipe da Beira está localizada no município de Costa Marques, possui uma área de 20.108 hectares que ainda não foram regularizados pelo INCRA. A comunidade forma parte dos territórios chamados de Negros do Guaporé, constituídos a partir de distintos processos de territorialização, desde o século XVIII, na linha de fronteira entre Brasil e Bolívia (FARIAS JÚNIOR, 2013).

Nas últimas décadas, tem-se registrado o aumento das pressões e atos de violência contra a Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira. Tais pressões e atos de violência têm sido empregados pelo Exército brasileiro. De acordo com informações da CPT (Comissão Pastoral da Terra), os membros sofrem constantes ameaças de expulsão e estão restringidos às atividades agrícolas em áreas tradicionais da comunidade, inclusive estão sendo penalizados por desobediência à justiça militar por supostos crimes ambientais. Houve também ameaças de prisão dos tratores da Prefeitura e Emater, se fossem ao local preparar roças para os membros da comunidade. (Informações obtidas no blog: cptrondonia.blogspot.com publicadas em 2 de junho de 2017).

5.3 A COMUNIDADE QUILOMBOLA DE JESUS

A Comunidade Quilombola de Jesus foi a primeira a receber o título definitivo de reconhecimento pelo INCRA (2010) em Rondônia; distante 92 km da cidade de São Miguel do Guaporé, somente 10% da área da comunidade é de terra firme, o restante são florestas de várzea e ficam alagadas durante o período de cheia. A principal fonte de renda das famílias é a produção da farinha, e muitos acabam trabalhando nas fazendas vizinhas — os homens como peões ou diaristas e as mulheres como empregadas domésticas, também nas fazendas (SILVA, 2014).

Segundo a professora Avacir Gomes dos Santos Silva, que realizou uma pesquisa de campo nessa localidade, os principais conflitos vivenciados pela comunidade de Jesus se dão na caça e pesca ilegal, principalmente por parte dos fazendeiros vizinhos da comunidade. Em seu relato ela ressalta que:

[...] durante a realização dos trabalhos de campo, do meio do rio São Miguel do Guaporé, por distração ou por demarcação territorial, os fazendeiros caçavam. Os faróis dos barcos rasgavam a escuridão e o barulho ensurdecedor dos tiros das espingardas quebrava o silêncio da noite. Ao longe mais um animal fora abatido (SILVA, 2014, p. 151)



A caça e a pesca ilegal constituem sérios problemas ambientais nas áreas protegidas do Vale do Guaporé, são locais que acabam atraindo quem gosta de praticar tais ações; no caso da comunidade de Jesus, essas ações são praticadas pelos fazendeiros.

5.4 SANTA FÉ

Reconhecida pelo INCRA (2016), Santa Fé é uma comunidade quilombola localizada no município de Costa Marques. Todas as famílias possuem origem ligada aos afrodescendentes de Vila Bela da Santíssima Trindade (MT) que colonizaram as regiões ao longo do rio Guaporé e seus afluentes desde 1888, tendo sofrido muitas pressões, especialmente de extrativistas e fazendeiros, para abandonar o local.

A figura 5 corresponde a uma notícia sobre o reconhecimento da comunidade Santa Fé publicada em 2017 no Vale do Guaporé, um passo importante para a identidade da comunidade quilombola. Atualmente, a comunidade vive da agricultura e da pecuária de subsistência, apesar da área inundável. Há também fontes de trabalho assalariado, como agentes de saúde e venda de serviço a produtores rurais vizinhos e construção civil.

Figura 5: Notícia sobre o reconhecimento da comunidade Santa Fé



Fonte: www.brasil.gov.br

Entre as atividades agrícolas realizadas na comunidade, destacam-se a plantação e o beneficiamento da mandioca para a produção de farinha, combinados com a criação de animais,



extrativismo, pesca, caça e coleta de palhas e de madeira para as construções de suas casas. (Informações obtidas no site do INCRA, 2018).

5.5 PEDRAS NEGRAS

O Território Quilombola Pedras Negras está localizado no município de São Francisco do Guaporé, à margem direita do rio homônimo. Situa-se na Reserva Estadual Extrativista Pedras Negras (ISA, 2016). Não possui regularização fundiária pelo INCRA, e há um total de vinte e seis famílias.

Segundo Teixeira (2013), o povoado de Pedras Negras, é um dos mais antigos núcleos de ocupação colonial do Vale do Guaporé, tendo registros da presença de europeus desde a primeira metade do século XVIII. A comunidade enfrenta diferentes conflitos de uso territorial, como o turismo e a pesca predatórios e as invasões em áreas de coleta de castanha, que ocorrem frequentemente em todas as safras.

A coleta de castanha é a principal geradora de renda, e a pesca é a atividade essencial para a segurança alimentar. As atividades escolhidas pela comunidade como prioritárias para o fortalecimento são: a coleta de castanha, a produção de urucum, o turismo e o beneficiamento de manga e toranja. (PACHECO, 2016, p. 39)

6. A EXPANSÃO DA SOJA E DA PECUÁRIA BOVINA NO VALE DO GUAPORÉ

A agropecuária constitui uma atividade econômica que, desde a colonização de Rondônia, fez-se presente, modificando, assim, a paisagem e a estrutura social e territorial do estado. Nas últimas décadas foi possível notar diversas atividades que se destacam no Vale do Guaporé, sendo elas a agricultura e a pecuária de grande expressividade, classificando a região como a nova fronteira agrícola de Rondônia.

A soja em Rondônia é um produto agrícola que se expande desde meados da década de 1990 e sua concentração produtiva se dá principalmente na região do Cone Sul. Segundo Costa Silva (2012, p. 5), “a partir de 1997 a produção de soja emerge como a primeira *commodity* que vai de fato impor uma dinâmica territorial que unem o global ao local, reconfigurando o espaço regional”. Para o autor, a inserção da soja é um avanço do agronegócio que resultou no processo de modernização agrícola com forte ação do capital.

Na atualidade, a soja é uma cultura desenvolvida em outras regiões do estado e a partir do ano de 2012, iniciou-se o plantio em São Miguel do Guaporé. Segundo informações da SEAGRI, a



soja no Vale do Guaporé é mais uma alternativa para o setor produtivo da região que já se destaca pela alta produtividade de inhame, urucum e do café clonal.

A tabela 4 mostra a quantidade de soja produzida (t) no Vale do Guaporé no período de 2012 (a primeira safra) a 2017. São Miguel do Guaporé é o município que mais produz o grão na região. No ano de 2017 a produção do grão no Vale do Guaporé representou 5% do total produzido no estado, aos poucos a soja começa a fazer parte da paisagem da região.

Tabela 4: Quantidade de Soja produzida (t) no Vale do Guaporé

Município	2012	2013	2014	2015	2016	2017
São Miguel do Guaporé	876	6.900	9.000	24.000	16.500	27.000
Seringueiras	615	3.600	3.600	9.000	9.000	9.000
São Francisco do Guaporé	-	-	-	-	3.000	2.100
Total da Região	1.491	10.500	12.600	33.000	28.500	38.100
Total do Estado	470.485	574.900	614.678	748.429	759.928	908.702

Fonte: IBGE, 2018

A soja vem se tornando uma opção rentável no Vale do Guaporé. Os incentivos se dão principalmente por meio do capital privado, e pouco se discute sobre os impactos ecológicos promovidos pela produção do grão. No município de São Miguel, por exemplo, muitas áreas que antes eram pastagens, agora são destinadas a plantação da soja.

O crescente aumento da pecuária bovina nos estados da Região Norte tem sido fonte de diversas pesquisas. Este avanço se observou durante a década de 1990, e se intensificou nos anos 2000, fazendo essa região ser conhecida como a nova fronteira agrícola. Segundo Batista, Muratori e Penha (2016), o eixo da BR-429 passou por uma estagnação econômica no estado até o início do *boom* das atividades pecuárias, que estão relacionadas ao investimento infraestrutural que a região vem recebendo, tais como sua pavimentação e a implantação de laticínios e frigoríficos de porte internacional.

No vale do Guaporé, a pecuária bovina ganha destaque, principalmente, em São Francisco; com um rebanho de corte estimado em 346.480 cabeças, o município possui nessa atividade um pilar para sua economia. O incentivo à pecuária bovina de corte se dá por diversos fatores, entre os quais a pavimentação da rodovia BR-429 e a instalação de um frigorífico no município de São Miguel do Guaporé, dinamizando a economia da região, como apontam as autoras ao afirmarem que:

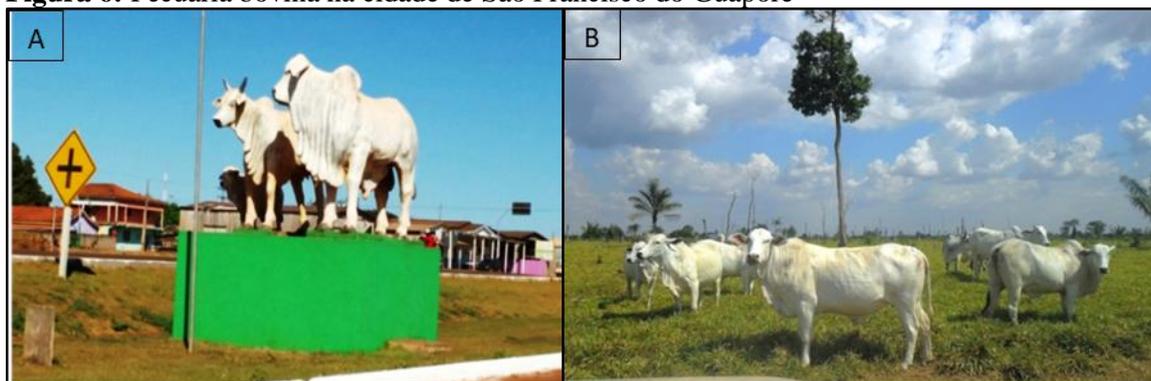


A economia da área é orientada pelos eixos rodoviários, impulsionada pela produção pecuária que se articula em função dos laticínios, curtumes e frigoríficos locais, que funcionam como pontos de convergência. Essas atividades empresariais funcionam como agentes modernizadores, tendo em vista seu potencial tecnológico e competitivo, seja no mercado nacional ou internacional, estimulando políticas de melhoria infraestrutural (BATISTA, MURATORI e PENHA, 2016, p. 13).

A pecuária bovina é uma atividade promissora no município de São Francisco do Guaporé, sendo notória no espaço, inclusive há símbolos dessa pecuarização, como apresentado na figura 6, no início da zona urbana, mostrando o significado que essa atividade possui na economia local. Além de festividades, como a festa do Laço e a Exposição Agropecuária de São Francisco do Guaporé (EXPOVALE), eventos voltados para agropecuária do município e que se tornaram símbolos da festividade do lugar.

A figura 6A apresenta as esculturas colocadas no início do perímetro urbano de São Francisco ressaltam a importância que a atividade possui. A figura 6B mostra o rebanho bovino em uma propriedade rural do município.

Figura 6: Pecuária bovina na cidade de São Francisco do Guaporé



Fonte: Trabalho de Campo. Crédito das Fotos: Débora Teixeira Machado, 2017.

Considerada um destaque no vale do Guaporé, a pecuária bovina de corte é, em parte, responsável pela dinâmica econômica do local. Partindo desse pressuposto, o frigorífico do grupo JBS, implantado em 2012, em São Miguel do Guaporé, é um atrativo para os pecuaristas da região.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo ressaltar a expansão da agropecuária no interior de Rondônia em áreas protegidas, o que gera conflitos cada vez mais atenuantes. Os conflitos existentes nas áreas protegidas da região foram expostos no intuito de refletir sobre o avanço das atividades agropecuárias em tais espaços, os quais vêm sofrendo constantes ameaças, sobretudo, na exploração de madeira em parques, reservas e terras indígenas.



A devastação das áreas destinadas à preservação em Rondônia é pauta de diversos trabalhos desde a década de 1990, quando começaram de fato os grandes projetos que tinham como finalidade atrair migrantes de diversos locais do Brasil para ocupar o espaço.

Na atualidade o avanço de atividades produtivas no campo tem gerado certo impacto nas áreas de proteção ambiental. As Terras Indígenas e Quilombolas sofrem constantes ameaças de perdas de seus territórios, ataques e exploração de madeiras nessas terras são fatos corriqueiros. As reservas e os parques também são ameaçados pelas atividades ilegais de exploração madeireira, pesca e caça de animais silvestres. A falta de fiscalização nessas unidades é uma realidade no cenário atual do estado de Rondônia.

O trabalho aqui apresentado buscou refletir sobre o avanço da agropecuária e sua consequência em áreas destinadas à proteção ambiental. O Vale do Guaporé possui muitas áreas com tal finalidade e os conflitos nesses espaços são constantes, sobretudo, em Terras Indígenas e em comunidades Quilombolas.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Lourismar da Silva. **Real Forte Príncipe da Beira: ocupação oeste da Capitania de Mato Grosso e seu processo construtivo (1775-1783)**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre-RS, 2015.

BATISTA, Josélia Fontenele; MURATORI, Ana Maria; PENHA, Maranei Rohers. Novo Cenário no Vale do Guaporé: uma leitura geográfica sobre os impulsos econômicos da pecuária e sua influência na paisagem. In: Revista **Confins**. Número 29, 2016. Disponível em: <http://confins.revues.org/11608>. Acesso: 12/7/2017.

CARDOSO, Ivaneide Bandeira. Parque Nacional de Pacaás Novos/Terra Indígena Uru-Eu-WauWau proposta para o estabelecimento de uma política integrada de atuação. **Revista de educação, cultura e meio ambiente**, nº 25, vol. VI, 2002. Editora da UNIR: Porto Velho/RO, 2002.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa. Das margens do Madeira ao interior da floresta: percursos da formação socioespacial de Rondônia (1970-1995). In: ALMEIDA SILVA, A. de; NASCIMENTO SILVA, M. das. G. S.; SILVA, R. G. **Colonização, Território e Meio ambiente em Rondônia: Reflexões Geográficas**. Curitiba: SK - Editora Porto Velho: PPGG/UNIR, 2012. p. 58-82.

DIAS, Rosalina dos Santos. **Reserva extrativista estadual do rio Cautário RO: o manejo florestal como uso sustentável no território**. Dissertação (Mestrado em Geografia) Porto Velho, Rondônia, 2014. 136 f.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Territórios quilombolas em linhas de fronteira: quilombolas do Forte Príncipe da Beira. Revista: **Ciência e Cultura** vol. 65, n. 1, São Paulo, 2013. http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252013000100015 Acesso em: 22/9/2018.



Relatório do GTA. **O fim da floresta?**. Grupo de trabalho Amazônico Regional de Rondônia. Junho de 2008. Disponível em: https://fase.org.br/wp-content/uploads/2010/01/O_fim_da_floresta.pdf. Acesso: 10/5/2020.

OLIVEIRA, José Lopes de. História, Ocupação e Ordenamento da estrutura fundiária de Rondônia. In: **Rondônia: Geopolítica e estrutura fundiária**. Porto Velho: Grafiel, 2010. p. 296 – 332.

OLIVEIRA, Anatólia Daiane de; ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto. Puruborá: analisando a história, o “ressurgimento” e a resistência de um povo indígena da Amazônia. Revista: **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 103-144, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/EspacoAmerindio/article/viewFile/61154/37855>. Acesso: 15/02/2019.

PACHECO, Wesley Luís. **Povos e Comunidades Tradicionais nas Cadeias Produtivas da Sociobiodiversidade**: oportunidades para negócios sustentáveis na Região Centro-Sul de Rondônia. Porto Velho: Editora Ecam, 2016.

PLANO DE PREVENÇÃO E COMBATE AOS INCÊNDIOS FLORESTAIS DA RESERVA BIOLÓGICA DO GUAPORÉ (2006-2007). Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis-IBAMA. Costa Marques/RO, 2006. Disponível em: https://www.ibama.gov.br/phocadownload/prevfogo/planos_operativos/plano_operativo_reserva_biolgica_do_guapore.pdf Acesso: 22/9/2018.

PROJETO BRASIL DAS ÁGUAS – RIO GUAPORÉ/ RO/MT, Brasília, 2007. Disponível em: http://riosvoadores.com.br/wp-content/uploads/sites/4/2013/05/Rio-Guapore%C2%81_Relatorio.pdf. Acesso: 13/6/2015

REVISÃO DO PLANO DE MANEJO DO PARQUE NACIONAL DE PACAÁS NOVOS. ICMBio. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-conservacao/parna_pacaas_novo.pdf. Acesso em: 18/8/2018.

SANTOS, Carlos. **A fronteira do Guaporé**. Porto Velho: Edufro, 2007.

SILVA, Avacir Gomes do Santos. **Culturas desviantes**: andanças amazônicas pelo Vale do Guaporé. Goiânia: Editora UFG, 2014.

TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; XAVIER, Delson Fernando Barcelos. Santo Antônio do Guaporé: direitos humanos, conflitos e resistência socioambiental. Revista: **Direito e Práxis**. Rio de Janeiro, vol. 9, n. 1, 2018, p. 351-371. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rdp/v9n1/2179-8966-rdp-9-1-351.pdf>. Acesso em: 15/10/2018..